

## Cotas na universidade pública – direito ou privilégio?

### Racial quotas at the public university - right or privilege?

Geisa Magela Veloso\*

**Resumo:** A pesquisa discute concepções docentes acerca da reserva de vagas para afro-descendentes, no âmbito da Unimontes. A discussão teve por interlocutores professores das Ciências Humanas que, por meio de questionários, revelaram um mosaico de representações, divididas entre a oposição, aberta ou dissimulada, e a aquiescência; entre a resistência à reserva de vagas e a defesa irrestrita do projeto. É possível afirmar que a resistência em relação às cotas está articulada à crença de que o processo, em si, é promotor da discriminação racial. Contudo, há os que acreditam que as cotas não provocam, apenas fazem vir à tona a discriminação que já existe na sociedade, sendo que a possível ocorrência de preconceitos e constrangimentos, no interior da universidade, não se apresenta como fenômeno produzido pela reserva de vagas, mas está ligada às representações já constituídas pelos sujeitos em sua trajetória de vida.

**Palavras-chave:** reserva de vagas, ações afirmativas, preconceito racial

**Abstract:** This research is the result of the analyses of professors opinions about quotas to African-brazilian students at universities. The participants in the survey were professors from the Human Science area at Unimontes University. Their answers to questionnaires revealed a variety of opinions divided into opened or veiled opposition or acquiescence to quotas; resistance to quotas; firm support to the quotas project. It's correct to affirm that the resistance to the quotas project is linked to the belief that the allotment promotes racial discrimination. Nevertheless, some of the professors believe that the quotas do not promote discrimination; the quotas bring to the surface the discrimination already existing in the society. According to these thoughts, the occurrence of prejudice against Afro-brazilian students at universities is not a phenomenon caused by quotas allotment; the discrimination is the result of beliefs and feelings that people have acquired through their lives.

**Key-words:** quotas allotment; affirmative actions; racial prejudice

---

\* Mestre em Educação pela UFMG, doutoranda em Educação pela UFMG.

## 1 Situando o contexto da discussão

Com este artigo pretendemos discutir formas de acesso ao ensino superior, no âmbito da Universidade Estadual de Montes Claros – Unimontes, uma instituição que nasceu como fundação em 1962, sendo transformada em universidade pública em 1990, e que, a partir de Lei Estadual 15.259, de 27/07/2004, adota sistema de reserva de vagas em seus cursos de graduação. Por este mecanismo, para o ano letivo de 2005, das 902 vagas oferecidas pela Unimontes, 20% foram preenchidas por afro-descendentes carentes, 20% por egressos de escolas públicas carentes, e 5% por portadores de deficiência e indígenas.

Entendemos que a implementação de cotas se insere no âmbito das Ações Afirmativas e coloca em discussão a questão da identidade étnica, cultural e social da população brasileira. Na contemporaneidade, o debate tem assumido contornos distintos em diferentes espaços e instâncias sociais, sobretudo, nos meios acadêmicos – onde as cotas têm sido ponto de debates e polêmicas, defesa, e, também, resistência.

Neste sentido, estamos propondo uma reflexão acerca do sistema de cotas, no âmbito da Unimontes. Esta é uma questão que nos incomoda e preocupa, em função do modo pelo qual foi instituída a reserva de vagas – por meio de por lei estadual, sem a instauração de mecanismos de consulta à comunidade acadêmica ou de qualquer forma de discussão que oriente e esclareça acerca da sua importância ou mesmo dos dispositivos que a regulamentam. Assim, levantamos alguns questionamentos em torno do tema: Como os professores e professoras dos cursos de licenciatura entendem e acolhem o sistema de reserva de vagas, que foi instituído na Unimontes no ano de 2004? Qual é a importância do programa para inserção dos afro-brasileiros na universidade pública? É possível que

os alunos cotistas venham a sofrer discriminações ou constrangimentos em função da forma pela qual obtiveram acesso ao ensino superior?

## 2 Situando a discussão

A presente discussão tem por interlocutores professores e professoras do Centro de Ciências Humanas da Unimontes, espaço que congrega diferentes licenciaturas, tais como Normal Superior, Pedagogia, Ciências Sociais, Letras (Português, Inglês e Espanhol), Biologia, Geografia, História, Educação Artística e Filosofia.

Junto a estes interlocutores foram levantadas duas questões. A primeira, que pretendia captar as crenças e opiniões relativas ao sistema de reserva de vagas; e a segunda, que discutia a possibilidade de alunos cotistas virem a sofrer constrangimentos ou discriminação no interior da universidade, em função da forma pela qual tiveram acesso ao curso superior. Foram distribuídos 55 questionários, nos meses de novembro e dezembro de 2004, sendo que apenas 14 foram devolvidos com as respectivas respostas.

Consideramos que estas respostas representam diferentes pontos de vista assumidos pelo corpo docente da Unimontes. Contudo, dado o objetivo deste texto, privilegiaremos os posicionamentos contrários ao sistema de reserva de vagas<sup>2</sup>. Não pretendemos desqualificar discursos e práticas, ao contrário, produzir uma reflexão que possibilite a retomada de aspectos importantes para a qualidade e a democratização da universidade pública.

A instituição de cotas na Unimontes não foi gestada, pensada e proposta por sua comunidade universitária.

<sup>1</sup> Este artigo foi publicado nos anais da 28ª Reunião Anual da Associação Nacional de Pesquisa e Pós-graduação em Educação, realizada em Caxambu-MG, em outubro de 2005.

<sup>2</sup> Dentre os investigados, 06 se posicionaram favoravelmente à instituição de cotas raciais, sem fazer nenhuma restrição ou ressalva ao projeto, manifestando sua crença na necessidade de promover mudanças e abrir a universidade a outros segmentos sociais.

É uma questão, ainda, pouco discutida, para a qual se produziu um mosaico de idéias, concepções e representações. Professores e professoras encontram-se divididos entre a oposição aberta ou dissimulada e a aquiescência a um dispositivo legal; entre a resistência à reserva de vagas e a defesa irrestrita do projeto, motivados pelo desejo de ver instaurado um processo de mudança das relações de poder no âmbito da universidade.

### 3 As diversas faces da resistência – para quê Cotas?

#### 3.1 Somos todos iguais – por que você quer privilégios?

Consideramos que a instituição de cotas na Unimontes pode ser compreendida a partir das discussões em torno das Ações Afirmativas. Ao abordar essa temática, Carvalho (2004), defende uma aliança negro-branco-indígena contra a discriminação étnica e racial e aponta alguns motivos para a instituição das cotas na universidade brasileira: a reparação e a compensação pela tragédia da escravidão; a cobrança de direitos; o enriquecimento da produção de saberes pela presença de negros e índios, que forçarão uma revisão do eurocentrismo. Um outro fator se relaciona à intensificação da luta anti-racista no Brasil, o que, para o autor, é a motivação de maior relevância, por abrir uma discussão, até agora, silenciada sobre o racismo presente na nossa sociedade.

Ao levantar a discussão acerca da diáspora negra, Hall, confere destaque ao momento presente, em que a vida cultural tem sofrido transformações pelas vozes das margens, e isto tem ocorrido, sobretudo, no ocidente. Tais mudanças não ocorrem por acaso, resultam “de políticas culturais da diferença, de lutas em torno da diferença, da produção de novas identidades e do aparecimento de novos sujeitos no cenário político e cultural” (Hall, 2003: 338).

Para o autor, são travadas lutas pela hegemonia cultural, o que não significa uma mera vitória ou dominação pura, por estar associada com a mudança no equilíbrio de poder nas relações da cultura. Neste contexto de deslocamento e de mudança nas disposições e configurações de poder cultural, o que de fato interessa são

as estratégias capazes de produzir transformações, “aquelas capazes de efetuar diferenças e de deslocar as disposições de poder” (2003: 339).

Assim, não basta diagnosticar a realidade, é necessário fazer intervenções na estrutura social, que inferioriza e desqualifica a população negra. Carvalho, afirma que: Identificar, portanto, as pontes de intervenção é apenas constatar e concluir mais uma vez que a desigualdade é consequência da falta de intervenção que deveria ter sido realizada pelo mesmo grupo social ou racial (os brancos) que fez o diagnóstico da repetição da desigualdade (Carvalho, 2004: 65).

O autor afirma, ainda, que “aquele que poderia intervir e não intervem conhece os efeitos que seriam produzidos por uma intervenção sua que ele mesmo decidiu que não acontecerá” (Carvalho, 2004: 65).

A adoção da reserva de vagas na universidade pode provocar mudanças na estrutura social, produzir deslocamentos de poder, criar condições para a participação de segmentos excluídos na dinâmica da mobilidade social – por um processo em que a democracia deixa de ser meramente simbólica, transformando-se em possibilidade real e garantia de acesso aos bens sociais, culturais e econômicos.

É neste espaço, de luta pela permanência do atual estado de distribuição do poder, que afloram resistências – nem sempre explícitas, e muitas vezes escamoteadas por um discurso que se associa à idéia da igualdade racial e da capacidade potencial de todos.

Entre os sujeitos, com os quais discutimos a questão na Unimontes, a negação das cotas se faz por um discurso, aparentemente, desprovido de preconceitos raciais. Ao fazê-lo, afirmam que negros e brancos são iguais, sendo, portanto, desnecessária e mesmo inadequada a implementação de ações diferenciadas:

A minha posição é contrária ao sistema de cotas sociais no que se refere aos alunos oriundos de escolas públicas e os descendentes afros e indígenas, pelo fato de que eles não são menos capazes do que outros em ter

mos de conhecimento/cognição. Acho viável o sistema para os portadores de deficiência.

Esta forma de explicação afirma a idéia da igualdade, desconsiderando os fatos que historicamente colocaram o negro em uma condição subalterna. Tais argumentos parecem se associar a um racismo estrutural, presente na sociedade, mas dissimulado pela naturalização do mito da democracia racial – o que faz com que os negros sejam, contraditoriamente, vistos como iguais, ao mesmo tempo que inferiores aos brancos.

Neste sentido, vale lembrar Hall, ao afirmar que, quando naturalizamos categorias históricas (como gênero, sexualidade e, é claro, raça), “fixamos esse significante fora da história, da mudança e da intervenção políticas” (2003: 345).

Ao tratar raça como categoria meramente biológica e, portanto, a-histórica, deslocamos a questão central e não consideramos que as diferenças entre negros e brancos no Brasil, foram histórica, cultural e politicamente construídas no transcurso de nossas trajetórias e na constituição do Estado Brasileiro. Desconsideramos, desta forma, que o processo de escravização e marginalização do negro foram produzidas, que a desigualdade foi se constituindo no decorrer de séculos, e que a reversão do quadro não se processará de forma natural.

Analisando as relações entre negros e brancos no Brasil, Carvalho afirma que existe uma “injunção primária negativa”, pela qual o branco recusa a identificar-se com os negros – pela afirmação da inferioridade destes –, restando-lhes contentar-se com as posições sociais subalternas.

Porém, assim que o negro resolve afirmar-se em sua condição de negro (condição prescrita justamente pela injunção primária do discurso branco), o branco não aceita esta afirmação, lançando mão de uma injunção secundária em conflito com a primeira: “não há diferença en-

tre um negro e um branco; você é igual a mim, logo não tem direito de marcar essa diferença irreduzível” (Carvalho, 2004: 76).

O discurso nega e, ao mesmo tempo, afirma a identidade étnico-racial. E essa é uma condição que pode produzir duas formas de reação. Por um lado estimula a imobilização dos negros, dificultando a assunção de uma posição de resistência. Por outro lado, produz a contestação deste discurso pretensamente democrático, deslocando o nosso olhar para as suas matrizes racistas e preconceituosas.

### 3.2 Cotas é um equívoco – por que instituir e oficializar a discriminação?

Uma sociedade que discrimina os afro-descendentes e, ao mesmo tempo, nega tal discriminação, procura construir uma inteligibilidade pela qual as Ações Afirmativas sejam vistas como equívoco e não como mecanismo restaurador da igualdade de oportunidades. O olhar lançado sobre a questão faz com que sejam compreendidas, não apenas como ações desnecessárias, mas, elas mesmas, promotoras da discriminação.

Para uma professora da Unimontes, o projeto de reserva de vagas em si é discriminatório, porém, enquanto dispositivo legal, deve ser acatado, mesmo que improdutivo na resolução do problema de acesso à universidade: “Como é lei, a gente tem que acatar, mas acredito que não resolve problema nenhum, pelo contrário, tem caráter discriminatório”.

Por este viés, o próprio sistema produz a discriminação, que se apresenta como uma possibilidade real, que pode se materializar em ações por parte dos alunos aprovados pelo sistema tradicional de vestibular. Assim, na concepção de um professor:

É possível que isto [a discriminação de alunos cotistas no interior da universidade] ocorra direta ou indiretamente, vide o caso do PAES<sup>3</sup>,

<sup>3</sup> PAES – Programa Seriado de Acesso ao Ensino Superior foi instituído pela Unimontes em 1998, por um processo em que os candidatos prestam o exame vestibular ao final de cada ano no ensino médio. O programa reserva 40% das vagas dos diversos cursos, o que provocou reclamações pela “redução no número de vagas” do vestibular tradicional.

lá no fundo todos reclamam “alguém tirou a minha vaga”. Se as minorias raciais eram discriminadas na sociedade lá fora, agora serão na universidade.

O discurso acima encaminha o nosso olhar para duas questões importantes em relação à luta anti-racista: a existência de discriminação racial na sociedade brasileira, que ganhará visibilidade no âmbito da academia; como também a perda de privilégios dos não negros, que irá produzir deslocamentos na distribuição do poder. Poder que, para Simon (2003), funciona, não apenas sobre as pessoas, mas através delas e, sendo assim, precisa ser compreendido como algo que pode ser possuído e usado para constranger ou coagir a ação de outras pessoas.

Pelo depoimento que se segue, a professora reconhece que a ocorrência de discriminação na universidade seja um prolongamento de práticas presentes fora dela. Falta-lhe, contudo, a compreensão das cotas como mecanismo anti-racista, de reforçamento da luta contra a discriminação: “Penso que a discriminação será uma continuidade, desde que ela já existe para os mesmos. (Afinal, o que justifica a necessidade de cotas?)”.

Em suas representações, as cotas se constituem como uma questão imbricada na negação da identidade negra e no desconhecimento da especificidade das condições objetivas de vida dos afro-brasileiros.

Buscando respostas para a indagação levantada pela professora, poderíamos nos perguntar se a necessidade das cotas não se justifica exatamente pela existência da discriminação racial. Não é a discriminação dos negros e o processo de exclusão a que estão submetidos que geram a necessidade de reparação? Se a discriminação já existe fora da universidade não é necessário que se criem condições para a sua superação?

O discurso que se segue é representativo da confusão e da polêmica construídas em torno da questão das cotas, indicando a necessidade de se discutir a questão no âmbito da universidade, de forma a esclarecer pontos importantes da luta anti-racista.

Acho que é uma situação complexa que precisa se amplamente discutida. De um lado, creio que as cotas podem reforçar a discriminação, por outro lado, vivemos em uma sociedade desigual, injusta, onde os privilegiados (poucos) tem acesso à educação superior pública e assim seria uma forma de garantir o acesso a esses grupos (Grifos da professora).

Construído na ambivalência, o discurso aponta a necessidade de se compreender as cotas como estratégias de intervenção contra a discriminação, como mecanismo capaz de romper com as hegemonias naturalizadas e criar condições para que os negros conquistem e ocupem novos espaços, que se constituam como cidadãos de direitos.

### **3.3 Vestibular é mérito – faz-se necessário melhorar a educação básica**

Tradicionalmente excludente, o vestibular é travestido pelo viés democrático e distingue os detentores de mérito. O acesso ao ensino superior depende da aprovação dos candidatos nos exames, sendo que o sistema de cotas pode romper com as práticas excludentes instituídas neste sistema, podendo criar possibilidades para a garantia do direito ao ensino superior. Ao argumentar sobre a questão, Gomes, afirma que:

Nunca se falou tanto em mérito acadêmico quanto agora. Porém, não podemos reduzir o acesso à universidade, sobretudo à pública, a uma questão de mérito. Ninguém nega que a vida acadêmica exige determinadas competências e saberes, o que é muito diferente de discursarmos firmemente sobre o mérito, como se o vestibular classificatório fosse uma competição em que todos os concorrentes participassem em condições de igualdade (2004: 40).

Na Unimontes, o discurso sobre o mérito acadêmico confere legitimidade à seleção pelo vestibular, sendo que o sistema de cotas aparece associado à possibilidade de ocorrência de conflitos: “Penso que [os cotistas] sofrerão, ou poderão sofrer constrangimentos em salas de aula pelo fato de ‘terem tido facilidades’ em um processo seletivo que culturalmente é tido como ‘difícil’.” (grifos da professora).

Por esta visão, o vestibular aprovaria os melhores candidatos, distinguindo os detentores do mérito acadêmico – viés pelo qual a discussão relativa à instituição de cotas raciais passa a se constituir como uma distorção do sistema.

Ao conferir este enfoque à discussão, desconsidera-se que a universidade pública é uma questão de direito, enquanto que a defesa do mérito conduz à construção de discursos democratizantes que, no entanto, negam qualquer possibilidade de intervenção no problema do acesso imediato à universidade. Desta forma, defende-se a mudança da estrutura social geradora da exclusão e, conseqüentemente, o adiamento indefinido de um direito já postergado por centenas de anos. Nas palavras de um professor:

Sou contrário ao sistema de cotas sociais. É uma medida governamental que não resolve o problema, não vai à estrutura excludente. Fica na periferia, aumentando ainda mais a distância e a exclusão social. Chega de medidas paliativas! É preciso mexer com as estruturas sociais que provocam a exclusão social. Aí sim, não precisamos do sistema de cotas sociais.

O discurso é veemente e demarca a preocupação com os fatores que provocam a marginalização de certos grupos e impedem sua ascensão social. Contudo, desconsidera-se que as cotas possam ser mecanismo capaz de mexer nas estruturas sociais. Desconsidera-se, ainda, a sua especificidade, como instrumento emergencial de correção das desigualdades, ações de intervenção que rompem com os obstáculos ao acesso ao ensino superior.

Para Santos (2004), uma linha de ação fundamental é a supressão de barreiras institucionais. Ao tomar indivíduos e grupos desigualmente fortalecidos e preparados e colocá-los em situação de competição, o resultado e a reprodução é a acentuação das desigualdades, da exclusão e das hierarquias sociais.

Muitos professores permanecem atrelados aos modelos em vigor e acabam por transferir para outras instâncias educativas a responsabilidade pelas transformações, que reconhecem necessárias. É difícil compreender que

o rompimento com as práticas instituídas é uma tarefa que cabe à universidade pública. Por ser responsável pela formação de professores, a universidade deve assumir o compromisso com a mudança e não apenas aguardar que as estruturas sociais mudem:

Penso que a instituição pública deveria oferecer melhores condições para os alunos menos favorecidos, no que se refere à qualidade do ensino anterior ao vestibular.

Discordo [com a instituição das cotas], não me sinto suficientemente preparada para uma argumentação consistente, mas defendo políticas públicas que invistam na educação fundamental pública, buscando garantir uma educação de qualidade. Qualquer favorecimento gera a acomodação, o que considero um sério risco num país onde as decisões nem sempre são claras.

Por estes discursos é possível compreender que as cotas não são consideradas como instrumentos na redução dos efeitos anti-democráticos da seleção e de exclusão social impostos aos grupos desfavorecidos. Professores e professoras ancoram suas posições em argumentos frágeis, pois transferem para a educação básica a responsabilidade pela mudança.

### 3.4 Não há vagas para todos – “por quem você se toma”?

Ampliar formas de acesso ao ensino superior, instituir o debate público, sério e, de fato, comprometido com a democratização e integração racial é uma ação fundamental para a instituição universitária. A universidade como direito deve ser amplamente discutida, por um processo que seja capaz de romper com privilégios instituídos e concepções arraigadas, de tal forma que a população excluída construa expectativas de escolarização, que inclua o ensino superior, e mesmo a pós-graduação em seus projetos pessoais.

Se analisarmos os dados relativos à inscrição de candidatos ao vestibular/05 da Unimontes, é possível perceber que existe uma discrepância. Se aproximadamente 45% da população brasileira é composta por negros e pardos, como explicar o fato de, no vesti-

bular 01/2005 - campus Montes Claros, a relação candidato-vaga ser de 26,73% no sistema tradicional e na reserva de vagas para afro-descendentes ser de apenas 4,72%? Como entender esta baixa procura pelos cursos superiores?

A explicação pode se associar ao desconhecimento do processo e a um possível receio dos candidatos em função da novidade, ou ainda atrelar-se ao critério de “carência” exigido para as cotas. Contudo, uma diferença de 566,31% não pode ser explicada por estes argumentos. Acreditamos que a questão encontra-se atrelada ao sentimento de inferioridade e à baixa expectativa que este segmento social construiu em relação à escola, que tem por consequência a idéia de que a universidade não é para eles.

Bourdieu, ao discutir estilos de vida e condição de classe, chama a atenção para as chamadas à ordem do tipo “por quem você se toma?”, que enunciam um princípio de conformidade. Para o autor, tais chamadas, “que visam a encorajar as escolhas “modestas” em todo caso impostas pelas condições objetivas, elas próprias encerram uma ameaça contra a ambição de identificar-se com outros grupos, de distinguir, portanto, e se distanciar do grupo (...)”. (Bourdieu, s/d: 86).

Assim, os negros pertencentes às camadas populares, excluídos dos recursos econômicos e dos meios culturais legitimados socialmente, podem estar construindo baixas expectativas, que os excluem da possibilidade de sonhar com mobilidade social pela via da escolarização. Para Bourdieu (s/d), esse desapossamento da capacidade de formular seus próprios fins e objetivos é a forma mais sutil de alienação – alienação que precisa ser discutida e combatida no interior da própria instituição escolar.

Neste sentido, o diálogo entre os diferentes segmentos da comunidade acadêmica, torna possível o desvelamento dos conflitos, da exclusão e da alienação imbricada nos discursos e práticas. Como consequência, poderá surgir uma outra consciência e a construção de um amplo projeto de inclusão social dos afro-

brasileiros, que tenha a escola como referência.

Afinal, como afirma Simon (2003), as escolas têm sido compreendidas como locais centrais, nos quais vários grupos têm tentado constituir noções de autoridade cultural, como também de regular a forma pela qual as pessoas compreendem a si próprias, as suas relações com as outras e seus ambientes sociais e físicos comuns. Tais processos revelam que as escolas não são meros reflexos das relações travadas no seio da sociedade, mas que possuem modos de organização, construídos em suas práticas específicas, sendo, portanto, capazes de instaurar mecanismos de transformação e mudança.

### **3.5 Entre escamotear e revelar a realidade – é possível evitar a discriminação?**

Revelar a realidade ou escamotear algumas de suas facetas é mecanismo presente nas representações construídas acerca do sistema de reserva de vagas na universidade. Um aspecto interessante, que se destacou no discurso dos professores e professoras favoráveis às cotas, se relaciona à divulgação dos resultados do vestibular. Alguns defendem a adoção de listagem única, não havendo distinção dos aprovados que participaram do sistema de reserva de vagas.

Eles serão identificados? Defendo a idéia da não identificação, assim não sofrerão discriminação.

Se isto acontecer, acredito ser em função de uma falha, pois acho que a forma de acesso não necessita ser divulgada. O julgamento acadêmico deve se restringir ao desempenho no processo natural do curso que está fazendo.

Diante de tais argumentos dos professores e professoras, cabe levantar alguns questionamentos. Seria recomendável negar o pertencimento étnico ou social dos alunos para evitar atitudes discriminatórias por parte de seus colegas de academia? A questão central que deve ser tratada não é a superação do preconceito pelo reconhecimento e respeito às diferenças? Dissimular uma condição e um pertencimento racial,

cultural ou social não é uma prática tão condenável quanto o é a atitude preconceituosa e racista? Quais são os fatores que produzem a discriminação de alunos pobres, quer sejam brancos ou negros?

Para Munanga, brancos e negros pobres não são iguais. Os brancos são discriminados por sua condição econômica, enquanto que os negros por sua condição racial e, também, por sua condição sócio-econômica. “Daí a justificativa de uma política preferencial no sentido de uma discriminação positiva, sobretudo quando se trata de uma medida de indenização ou de reparação para compensar as perdas de cerca de 400 anos de décalage no processo de desenvolvimento entre brancos e negros” (2004: 49).

Na concepção de Gomes (2004), a democracia pressupõe o reconhecimento e a valorização da diferença. Então, por que a insistência no apagamento, no silenciamento e dissimulação destas diferenças? Por que não revelar os nomes dos alunos oriundos das cotas? Por que temer a divulgação dos nomes de alunos que entrarem na universidade pela porta do programa de reserva de vagas? É uma porta menos nobre? Se a discriminação ocorrer, não é o racismo e a crença na inferioridade dos negros que está a enviesar o olhar das pessoas?

Tais indagações conduzem-nos a reafirmar que a discriminação no âmbito da universidade ocorre como um prolongamento de práticas construídas externamente, que não está associada a um suposto rebaixamento do ensino, mas a um racismo estrutural que condena os negros a uma condição subalterna, do ponto de vista social e econômico. Por esta razão, parece ser evidente a necessidade do estabelecimento de cotas, para romper com os fatores que alimentam os preconceitos e as discriminações, produzindo condições de mobilidade social e acesso das camadas populares aos bens materiais e culturais produzidos pela sociedade.

Enquanto não ocorre a mudança de concepções, as pessoas alvo de preconceitos precisam se fortalecer, para defenderem sua posição e o seu espaço: “Acredito

que, se o aluno se submete ao exame nas condições conhecidas, saberá ou deverá saber lidar com os obstáculos. O preconceito é que deve ser trabalhado e modificado, e não as tentativas de promover a justiça social”.

Para a professora é necessário que os alunos saibam lidar com a situação. Igualmente necessária é a revisão de conceitos e posicionamentos em relação às questões raciais e sociais, que tem colocado pessoas em situação em que são vítimas de constrangimentos por suas diferenças – geralmente tomadas como deficiências, como características que precisam ser negadas ou dissimuladas, pelo branqueamento, pela cópia dos valores e da cultura do outro.

### 3.6 Abolir preconceitos e racismo – que ações são necessárias?

Contrariamente à elite branca das Ciências Sociais, que “sempre pregou a necessidade de primeiro interpretar a realidade das relações sociais raciais para depois intervir sobre ela”, Carvalho (2004: 80-81), sugere que se faça a intervenção nas condições racistas, independentemente deste conhecimento, por considerar que a instituição das cotas seja um mecanismo fundamental na luta anti-racista, um fator capaz de desestabilizar e expor o racismo presente na academia. “No momento em que intervimos, o sistema reage, exibindo os seus sintomas recalçados. E é pelo flagrante desses sintomas que podemos conhecê-lo mais profundamente” (p. 81).

Dentre os sujeitos que investigamos, esta posição foi defendida por uma professora que acredita no sistema de cotas, sobretudo, pela possibilidade de instauração do debate, dando visibilidade à questão racial, pela emergência de questões que precisam ser discutidas pela academia:

Sim, sou favorável. É uma medida que serviu para levantar um debate, e ainda, definir valores, uma vez que, embora de forma velada, convivemos com discriminações relacionadas aos grupos sociais que estão inseridos no sis-

tema de cotas. Acredito ser o início de um debate que pode culminar com a humanização das relações sociais como um todo, inclusive um repensar todo o sistema de funcionamento das IES de ensino público em todos os níveis.

A implantação de cotas raciais, ao produzir modificações na estrutura da universidade pública, faz emergir discursos e práticas de resistências contra as medidas de intervenção nas condições de subalternização dos afro-brasileiros.

Nas discussões propostas por Hall (2003), a consciência apresenta uma grande centralidade, posto que, sem ela é impossível conceber ou praticar qualquer política ativa. Para o autor,

Não se deve permitir que o fato de os homens poderem se tornar conscientes de suas condições, se organizar para lutar contra elas e, até mesmo transformá-las (...) apague a consciência de que, nas relações capitalistas, homens e mulheres são colocados e posicionados em relações que os constituem como agentes (Hall, 2003: 149).

Por este modo de compreender a realidade, faz-se necessário que, não apenas professores e professoras rompam com preconceitos raciais, dissimulados pelos valores democráticos assumidos pela sociedade brasileira. É fundamental que os alunos, sobretudo os afro-brasileiros, tornem-se conscientes, que se instrumentalizem para a luta contra as condições que os mantêm em uma posição social subordinada.

Apropriar-se de conhecimentos que desvelam a realidade e ampliem a compreensão é um aspecto fundamental, para o qual a instituição universitária não pode se esquivar – sob pena de oportunizar acesso aos cursos superiores, sem, contudo, possibilitar a transformação da realidade social.

#### **4 Considerações Finais**

Pela análise das concepções, reveladas nos discursos dos professores e professoras da Unimontes, é pos-

sível afirmar que, para muitos, a resistência em relação às cotas está articulada à crença de que o processo, em si, é promotor da discriminação social e racial.

Contudo, há os que acreditam que o sistema de cotas não provoca, apenas faz vir à tona a discriminação que já existe. Neste caso, a possível ocorrência de preconceitos e constrangimentos, nas salas de aula da universidade ou fora dela, não se apresenta como um fenômeno produzido pela reserva de vagas, mas está ligada às representações já constituídas pelos sujeitos em sua trajetória de vida.

Ao assumir posição contrária às cotas, professores e professoras desconsideram as condições, que historicamente produziram a desigualdade entre brancos e negros no Brasil. Defendem a bandeira da igualdade racial, da capacidade de todos, do mérito acadêmico e do fortalecimento das escolas públicas como forma de criar condições de competição entre os candidatos ao vestibular. Por desconhecerem a luta anti-racista, entendem que a reserva de vagas seja uma concessão, negando que as cotas possam representar conquistas de afro-brasileiros empenhados em reduzir as distorções sociais produzidas no país.

Por este viés, desqualificam a reserva de vagas, por não entenderem que este é um mecanismo que confere aos alunos cotistas, não apenas o acesso à universidade, mas, sobretudo, o acesso ao conhecimento científico – que poderá se tornar instrumento fundamental na luta por melhores condições de vida e contra os próprios processos de discriminação a que estão sujeitos.

Por serem inaceitáveis, os posicionamentos discriminatórios devem ser banidos, sendo fundamental o estabelecimento de espaços de debate e reflexão acerca da questão, desvelando o racismo e o preconceito que engendram as relações sociais num país que se diz democrático. A quebra do mito da democracia racial é importante na luta contra as resistências cotidianas, abertas ou escamoteadas, no

interior da instituição universitária.

Na universidade pública a discussão destas questões deve envolver os diferentes segmentos – professores, funcionários técnico-administrativos, acadêmicos cotistas e não-cotistas –, sem o que, será impossível uma verdadeira transformação de ações, concepções, representações acerca do racismo historicamente constituído no Brasil.

### Referências Bibliográficas

BOURDIEU, Pierre. *Sociologia*. São Paulo: Ática, s/d. p. 83-121.

CARVALHO, Jorge de Carvalho. *Ações Afirmativas como base para para uma aliança negro-branco-indígena contra a discriminação étnica e racial no Brasil*. In: GOMES, Nilma Lino & MARTINS, Araci Alves. (org.). *Afirmando direitos*. Belo Horizonte: Autêntica, 2004.

GOMES, Nilma Lino. Apresentação I. In: GOMES, Nilma

Lino & MARTINS, Araci Alves. (orgs.). *Afirmando direitos*. Belo Horizonte: Autêntica, 2004. p. 9-15.

HALL, Stuart. *Da Diáspora: identidades e mediações culturais*. Belo Horizonte: Editora da UFMG, Brasília: representação da UNESCO no Brasil, 2003.

MUNANGA, Kabengale. Políticas de Ação Afirmativa em benefício da população negra no Brasil – um ponto de vista em defesa das cotas. In: GOMES, Nilma Lino & MARTINS, Araci Alves. (org.). *Afirmando direitos*. Belo Horizonte: Autêntica, 2004. p. 47-59.

SANTOS, Renato Emersos dos Apresentação II. In: GOMES, Nilma Lino & MARTINS, Araci Alves. (org.). *Afirmando direitos*. Belo Horizonte: Autêntica, 2004. p.17-31.

SIMON, Roger I. A pedagogia como tecnologia cultural. In: SILVA, Tomaz Tadeu da (org.). *Alienígenas na sala de aula: uma introdução aos estudos culturais*. Petrópolis: Vozes, 2003. p.61-84.